

Embate entre governo e oposição marcou o semestre

Página 4

Balanco do Plenário
(Primeiro semestre de 2004)



Projetos aprovados e transformados em lei	352
Projetos aprovados e enviados à Câmara	27
Medidas provisórias examinadas	45
Matérias rejeitadas ou prejudicadas	35

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 1.977 - Brasília, segunda-feira, 19 de julho de 2004

Gerardo Magela



PELA IGUALDADE Exposição que percorre o Brasil é inaugurada na biblioteca do Senado por Serys Shlessarenko

Imagens da Mulher Brasileira contra a discriminação

Como parte das atividades do Ano da Mulher, foi inaugurada na quarta-feira, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, a exposição *Imagens da Mulher Brasileira*. A mostra reúne imagens

selecionadas nos arquivos do jornal *Correio da Manhã* e da Agência Nacional, na Coleção Fotografias Avulsas e em arquivos privados como o da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A presidente da Comissão Temporária do Ano da Mulher-2004, senadora Serys Shlessarenko, disse que a exposição "contribui para ampliar a visibilidade da luta contra a discriminação".

Página 2

Comissão Representativa responde pelo Congresso durante o recesso

Página 2

Sarney convoca senadores para concluir reforma do Judiciário

Plenário examinará a partir de 10 de agosto quase 200 destaques apresentados à proposta

O presidente do Senado, José Sarney, enviou comunicado aos outros 80 senadores informando que colocará em votação, a partir de 10 de agosto, os destaques que visam alterar o texto da reforma da Justiça aprovado em Plenário. Novo período de esforço concentrado de votações ocorrerá em setembro. Após o recesso deste mês, haverá sessões não deliberativas entre 2 e 9 de agosto. Por causa das eleições municipais, o Congresso terá funcionamento atípico no segundo semestre para permitir que os parlamentares participem das campanhas.



Roosevelt Pinheiro

AGENDA Sarney informa que parte das sessões em agosto será destinada a discursos

Página 3

CCJ debateu emendas, projetos e indicações

Das 26 reuniões realizadas no primeiro semestre pela Comissão de Justiça, várias foram dedicadas à reforma do Judiciário. A CCJ também debateu projetos de lei e indicações, como a do jurista Eros Grau para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Página 3

Nova Lei de Falências foi aperfeiçoada na CAE

O projeto da nova Lei de Falências mobilizou a Comissão de Assuntos Econômicos no primeiro semestre. A proposta, aperfeiçoada pelo colegiado, substitui a concordata por mecanismos modernos de recuperação das empresas.

Página 3

CPI da Terra visitará áreas de conflitos fundiários

A CPI da Terra já ouviu representantes dos ruralistas e dos trabalhadores rurais, em audiências que reforçaram a gravidade dos conflitos no campo. Entre as decisões da comissão parlamentar de inquérito, está a visita a áreas do Pará e de Pernambuco.

Página 4

Comissão Representativa decide sobre vários assuntos no recesso

Durante o recesso parlamentar, várias funções do Congresso são atribuídas a uma Comissão Representativa, formada por deputados e senadores, e incumbida de zelar pelas prerrogativas do Legislativo e de seus membros. Cabe a essa comissão fiscalizar e controlar os atos do Executivo, receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas, convocar ministros de Estado e enviar-lhes pedidos de informação.

A comissão deve ainda zelar pela preservação da competência legislativa do Congresso

diante da atribuição normativa dos outros Poderes, e deliberar sobre assuntos como sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, no caso de urgência; créditos adicionais, desde que haja manifestação da Comissão Mista de Orçamento; projeto destinado a prorrogar prazo de lei, se o fim da vigência ocorrer durante o recesso ou até 10 dias após o seu término; entre outras atividades.

A Comissão Representativa é eleita pelo Senado e pela Câmara na última sessão ordinária de cada período legis-

lativo. Para este recesso, foram eleitos os seguintes senadores: Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que preside o colegiado; Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO), Cristovam Buarque (PT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC), Renan Calheiros (PMDB-AL), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Magno Malta (PL-ES), titulares; e Arthur Virgílio (PSDB-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Edison Lobão (PFL-MA), João Capiberibe (PSB-AP), Serys Slhessarenko (PT-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB), Romero Jucá (PSDB-RR) e Marcelo Crivella (PL-RJ), suplentes.

Os deputados que integram

a Comissão Representativa, como titulares, são Arlindo Chinaglia (PT-SP), João Grandão (PT-MS), Sigmaringa Seixas (PT-DF), Mauro Benevides (PMDB-CE), Pedro Chaves (PMDB-GO), José Mendonça Bezerra (Bloco PFL/Prona-PE), Marcelo Guimarães Filho (Bloco PFL/Prona-BA), Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), Wagner Lago (PP-MA), Bismarck Maia (PSDB-CE), Sebastião Madeira (PSDB-MA), José Militão (PTB-MG), Nilton Capixaba (PTB-RO), Carlos Rodrigues (Bloco PL/PSL-RJ), Fernando Coruja (PPS-SC), Isaiás Silvestre (PSB-MG) e Severiano Alves (PDT-BA).



EMPENHO Magno Malta preside comissão do Senado que examina propostas de iniciativa da sociedade

Projeto acaba com taxa de assinatura do telefone

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) do Senado aprovou no primeiro semestre sugestão para que seja proibida a cobrança da taxa de assinatura básica dos usuários de telefones fixos e celulares. A idéia, apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), de Governador Valadares (MG), modifica a Lei Geral de Telecomunicações. A matéria está sendo examinada agora pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), tendo como relator o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Ao relatar a proposta na Comissão de Legislação Participativa, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) acatou a justificativa apresentada pela associação, segundo a qual a medida vai ajudar a manter o acesso dos usuários de baixa renda aos serviços telefônicos. Pela proposta, as prestadoras de serviços telefônicos fixos e móveis poderão cobrar a tarifa pelo consumo que foi efetivamente feito pelo usuário, ficando vedado qualquer outro valor referente à assinatura mensal ou taxas semelhantes.

Argumenta a associação que a assinatura básica é cobrada do consumidor mesmo se ele não utilizar o serviço telefônico colocado à sua disposição. A entidade alega ser muito elevado o número de clientes que se tornam inadimplentes por não conseguirem pagar as contas telefônicas, situação que tem se agravado com o desemprego e o achatamento salarial, conforme os integrantes da entidade.

A CLP é presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES) e foi criada em 2003 para examinar propostas legislativas apresentadas por entidades organizadas da sociedade.

Aberta na biblioteca do Senado a exposição *Imagens da Mulher*

Foi inaugurada na quarta-feira da semana passada, na Biblioteca Luiz Viana Filho, a exposição *Imagens da Mulher Brasileira*, organizada pelo Arquivo Nacional. O evento faz parte das atividades do Ano da Mulher, instituído pelo Congresso Nacional.

A presidente da Comissão Temporária do Ano da Mulher-2004, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), disse que a mostra "contribui para ampliar a visibilidade da causa".

A exposição se divide nos seguintes módulos: Infância; Casais e casamentos; Maternidade; Família;

Velhice; Padrão estético; Educação; Trabalho; Lutas e emancipação e Sociabilidade. A mostra no Senado reúne imagens selecionadas nos arquivos do jornal *Correio da Manhã*, da Agência Nacional e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, além de fotografias avulsas.

A senadora Serys Slhessarenko acredita que a instituição do Ano da Mulher incorporou de maneira mais enfática a participação do Senado e da Câmara "nessa luta brasileira e planetária para dar fim às discriminações que afetam a mulher em todas as regiões

do mundo". A parlamentar destacou a participação do presidente do Senado, José Sarney, no esforço para depurar a atual legislação dos preconceitos que ela ainda conserva e retardam o avanço da causa da mulher brasileira.

A diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, lembrou a importância de a exposição, que já percorreu as principais capitais brasileiras, estar montada no Senado, "pela qualidade das fotos como fonte de informação para as novas gerações sobre a luta das mulheres, nos últimos 120 anos, no Brasil".



PARTICIPAÇÃO Mostra organizada pelo Arquivo Nacional integra o Ano da Mulher-2004

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Sarney convoca senadores para votações

■ Quase 200 destaques à reforma do Judiciário serão examinados pelo Plenário a partir de 10 de agosto

O presidente do Senado, José Sarney, encaminhou comunicado a todos os outros 80 senadores informando que colocará em votação, já a partir do dia 10 de agosto, os quase 200 destaques apresentados à reforma do Judiciário. Na primeira semana de julho, durante o esforço concentrado do Congresso, os senadores acolheram o texto básico da reforma. Os requerimentos de destaque dos senadores buscam alterar o texto já aprovado.

Sarney informa ainda que, após o recesso deste mês, haverá sessões do Senado dos dias 2 a 9 de agosto, mas apenas não deliberativas, ou seja, dedicadas a discursos de senadores e a comunicados da Mesa ou das lideranças partidárias.

Por causa das eleições municipais, o Congresso terá um funcionamento atípico, com a realização de pelo menos dois períodos de esforço concentrado de votações – o primeiro a partir de 10 de agosto e o segundo no mês de setembro,

conforme acordo em negociação entre as lideranças partidárias e as presidências do Senado e da Câmara. No restante do tempo, até as eleições, haverá sessões não deliberativas.

Todo segundo semestre em que são realizadas eleições, o Congresso funciona dessa forma, permitindo que os deputados e senadores participem do fim das campanhas nos estados. Nestas eleições, pelo menos 89 deputados e cinco senadores são candidatos a prefeito. Os senadores são Ana Júlia Carepa (PT) e Ducionar Costa (PTB), que disputam o cargo de prefeito de Belém (PA); César Borges (PFL), que quer se eleger prefeito de Salvador (BA); Marcelo Crivella (PL), que pleiteia a prefeitura do Rio (RJ); e João Batista Motta (PMDB), que tenta se eleger prefeito da cidade de Serra (ES).

Antes dos destaques da reforma do Judiciário, no entanto, os senadores terão de apreciar seis medidas provisórias, cujos prazos de tramitação estão truncando a pauta de votações. Por ter recebido urgência, também deve ser votado antes da reforma do Judiciário o projeto (PLC 32/04) que prorroga até 2019 a redução do IPI pago pelas empresas que produzem bens e serviços de informática.

Nova Lei de Falências mobilizou a CAE

A Lei de Recuperação de Empresas, como ficou conhecido no Senado o projeto da nova Lei de Falências, mobilizou os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) neste semestre. Uma das principais novidades desse projeto é a substituição da concordata por mecanismos modernos como a recuperação judicial e extrajudicial de empresas, permitindo acertos entre credores e devedores, não contemplados na legislação atual, de forma a viabilizar a sobrevivência dos empreendimentos. O projeto vai alterar a legislação de falências e concordatas (Decreto-Lei 7.661), que é de 1945.

Ao todo, foram 36 matérias aprovadas na CAE, que cumpriu um dos seus papéis mais importantes: controlar e fiscalizar o endividamento público. A CAE autorizou dez pedidos de empréstimo externo, oito deles



MUDANÇA Presidente da CAE, Ramez Tebet foi também relator do projeto da Lei de Falências

em moeda norte-americana, somando US\$ 611,44 milhões; um avaliado em euro, no montante de E 427,2 milhões; e outro em moeda japonesa, no valor de JPY 21,32 milhões.

Além disso, a comissão ajudou o governo a reorganizar a nova diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e aprovou o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

A CAE possui também três subcomissões, cuidando do setor de turismo, da exploração mineral e da dívida pública.



ATIVIDADE Integrantes da CCJ participaram de 26 reuniões ordinárias e extraordinárias no primeiro semestre

Reforma da Justiça foi um dos temas relevantes da CCJ no semestre

A votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma a estrutura do Poder Judiciário em primeiro turno em Plenário somente foi possível graças ao esforço realizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, entre as 26 reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no primeiro semestre deste ano, dedicou grande atenção ao assunto, especialmente em audiências públicas convocadas pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA).

A PEC que fixaria o número de vereadores no país também foi objeto de intensos debates na CCJ em junho. A matéria foi aprovada na comissão de acor-

do com relatório de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Além de participar de importantes reformas legislativas, a CCJ cumpriu suas missões constitucionais, aprovando nomes de autoridades, como o jurista Eros Grau, indicado pela Presidência da República para o Supremo Tribunal Federal, e o juiz Arnaldo Esteves Lima, para o Superior Tribunal de Justiça.

A pedido da Mesa do Senado, a CCJ também se manifestou acerca de requerimentos de informações a ministros que incluem a solicitação de dados protegidos pelo sigilo bancário, telefônico ou fiscal. Um dos pedidos deferidos pela comissão, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), solicitava

ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informações sobre a existência de esquema em bancos, inclusive o Banco do Brasil, que permitia a sonegação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A disputa entre governo e oposição para instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPI) para investigar os bingos, entre outros assuntos, teve um capítulo na CCJ. A comissão não deu provimento a recursos de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloísa Helena (sem partido-AL) contra decisão do presidente do Senado de não indicar membros para as CPIs em substituição aos líderes partidários.

Sarney e Rebelo conversam sobre esforço concentrado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu em audiência na última quarta-feira o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, dando início às conversações em torno do esforço concentrado que o Congresso Nacional fará em agosto e setembro. Na saída, Rebelo disse que não há detalhes sobre a pauta de matérias.

– O governo ainda está celebrando o que foi votado – afirmou o ministro, referindo-se à aprovação pelo Plenário da Lei de Diretrizes Orçamentárias na terça-feira (13).

O ministro disse também que conversou com os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), José Agripino (PFL-RN) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), so-

bre o projeto que cria as parcerias público-privadas (PPP). Segundo ele, todos concordam que o projeto é importante, mas ainda precisa alcançar consenso.

Lembrando que se trata de prerrogativa constitucional do presidente da República, Rebelo reafirmou seu apoio ao acordo firmado pelos líderes do governo no Senado e no Congresso, senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Fernando Bezerra (PTB-RN), com a oposição para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vete a emenda do líder da Minoria, senador Sérgio Guerra



DIÁLOGO Presidente do Senado e ministro da Coordenação Política iniciam debate sobre agenda

(PSDB-PE), garantindo que as emendas parlamentares na LDO não serão remanejadas sem a aprovação da Comissão Mista de Orçamento.

– Os líderes Aloizio Mercadante e Fernando Bezerra celebraram um acordo em torno dessa matéria. Consultaram-me, avalizei e defendo o acordo, mas o veto ou não é atribuição exclusiva do presidente da República, que ainda não deu uma palavra final sobre isso. Vou conversar com ele.

CPI ouviu envolvidos em conflitos no campo

Representantes dos ruralistas, dos sem-terra e do governo já ouvidos pela CPI da Terra reforçaram a gravidade dos conflitos que estão ocorrendo no meio rural. Um dos primeiros convocados pela CPI foi o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, autor da ameaça de que o movimento iria “infernizar” o país com invasões durante o mês de abril. Em seu depoimento, Stédile procurou atenuar a ameaça, mas criticou o governo, que, segundo ele, “não vai conseguir cumprir as metas da reforma agrária por

sua falta de coragem”. Além de Stédile, foram ouvidos pela CPI o ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva Filho, e o coordenador da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia. Gercino Silva pediu a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a criação de ouvidorias estaduais, como medidas necessárias para prevenir e controlar os conflitos pela posse da terra no país. Já o presidente da UDR acusou o MST de acirrar a violência no campo.

A CPI aprovou a convocação do ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, assunto que também provocou polêmica. O relator João Alfredo e o senador Sibá Machado (PT-AC) defendem o cumprimento do prazo regimental de 30 dias para que Rossetto preste o seu depoimento. O presidente da CPI, Alvaro Dias (PSDB-PR), queria a presença do ministro no dia 20 de junho, o que acabou não ocorrendo.



INVESTIGAÇÃO Alvaro Dias preside a CPI da Terra, que apura os conflitos fundiários no país



DECISÃO Plenário rejeitou a MP dos Bingos e a proposta que reduzia o corte de vereadores determinado pelo TSE

Semestre foi marcado por embate partidário

Senadores aprovaram propostas importantes, como a reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências

No primeiro semestre legislativo, foram votadas 513 matérias pelo Plenário. Onze delas, algumas de grande interesse do Executivo, acabaram derrubadas, como a medida provisória (MP) que proibia os jogos de bingo, ou modificadas, como a MP que aumentou o salário mínimo para R\$ 260. O Senado aprovou o valor de R\$ 275, mas os deputados mantiveram o reajuste que havia sido fixado pelo governo.

O Plenário realizou 123 sessões no semestre, mas em um terço delas não pôde fazer votações, por causa do trancamento da pauta determinado por MPs que passaram a ter prioridade para deliberação.

No total, os senadores exami-

naram 45 MPs, modificando o texto de 18 delas, as quais tiveram de retornar à Câmara, para votação das alterações.

As dificuldades de votação, pelo Senado, de matérias de interesse do governo começaram ainda no fim do ano passado, quando os senadores só concordaram em aprovar a reforma da Previdência se fossem feitas modificações – o que ocorreu numa emenda paralela.

Por causa de sua pequena maioria no Senado e nem sempre fiel, o governo teve de negociar praticamente tudo com os partidos de oposição, quando o assunto envolvia polêmica. Mesmo assim, os senadores aprovaram projetos importantes para o país, como a reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências (que se chamará Lei de Recuperação de Empresas). Algumas propostas que provocaram debate nacional, como a mudança no número de vereadores do país, acabaram sendo

derrubadas pelo Plenário – no caso, ficou mantida a redução determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Um dos principais projetos discutidos pelos senadores, a reforma do Judiciário continua na Casa, para apreciação de quase 200 emendas em destaque e votação do texto em segundo turno, o que deve ocorrer até setembro. Destaca-se ainda a recente votação do projeto que instituiu a Bolsa-Atleta, pela qual o governo ajudará os atletas de modalidades olímpicas que não conseguirem patrocínio.

– Este foi um semestre atípico no Senado, por causa das medidas provisórias que trancaram por tanto tempo a pauta de votações. Mas, curiosamente, foi um semestre no qual se mostrou que o Senado não é uma Casa tão conservadora, como se costuma dizer – avalia o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro.

Situação Fundiária

Relatório da Comissão Pastoral da Terra mostra que ocupações de sem-terra cresceram 172% em 2003, em relação a 2002

Os conflitos pela posse da terra registraram no ano passado 1.690 ocorrências, de acordo com a CPT, e envolveram 1,2 milhão de pessoas

Para enfrentar o agravamento dos conflitos, o governo anunciou a liberação de R\$ 1,7 bilhão para assentar ainda este ano 115 mil famílias

No país, de acordo com dados do Incra, existem 54.781 imóveis classificados como grandes propriedades improdutivas, envolvendo 120,436 milhões de hectares

O Movimento dos Sem Terra (MST) contabiliza um total de quatro milhões de famílias ainda sem acesso a lotes rurais no país

Comissão defende a demarcação descontínua da Raposa/Serra do Sol

A Comissão Especial Externa das Questões Fundiárias, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), debateu, no primeiro semestre deste ano, a criação de reservas indígenas em todo o país. Relatório parcial do senador Delcídio Amaral (PT-MS), aprovado pela comissão, indicou a demarcação descontínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, uma das questões mais polêmicas da pauta do colegiado.

Uma portaria do governo demarcando de forma contínua a reserva está pronta no Executivo,

aguardando apenas a assinatura do presidente da República.

O objetivo da comissão é elaborar um relatório apontando ao governo a posição do Congresso com relação ao assunto, uma vez que a decisão sobre como demarcar terras depende apenas do Executivo.

O relatório de Delcídio recomenda aprovação de uma emenda à Constituição que dá ao Senado a atribuição de autorizar os processos demarcatórios e prevê o envolvimento do Conselho de Segurança Nacional (CSN).



MUDANÇA Relatório parcial aprovado pelo colegiado recomenda a aprovação de emenda constitucional que dá ao Senado prerrogativa para decidir sobre terra indígena